

MATERIALIDADE CULTURAL DE MONUMENTOS HISTÓRICOS *VERSUS* ESCULTURAS MEMORIAIS: OS CASOS DE SANTOS/SP E CÁCERES/MT.

MARLON BORGES PESTANA*

RESUMO

Este artigo foi entregue como requisito parcial de avaliação da Disciplina *Cultura, Memória e Patrimônio*. O texto discorre sobre três monumentos que representam uma parte da História do Brasil. Um deles, de fato monumento histórico e os outros dois como esculturas memoriais. A intenção é indicar elementos culturais que cercam os monumentos, tanto ideologicamente quanto simbolicamente.

Palavras-chave: Cultura material. Monumentos. História.

ABSTRACT

This paper has been made as a partial requirement for the assessment of a course on “Culture, Memory and Heritage”. The text is about three monuments that represent apart of the History of Brazil. One of them is a historical monument in fact, but the other two are sculptural memorials. The intention is to point out the cultural elements surrounding the monuments, both ideologically and symbolically.

KEYWORDS: Material culture. Monuments. History.

INTRODUÇÃO

Encerrando as atividades da disciplina *Cultura, Memória e Patrimônio*, escolheu-se um tema relacionado a monumentos. Trabalhar com monumentos permite transitar ao mesmo tempo entre materialidade cultural, memória e patrimônio. Foram separados os objetos de estudo em duas categorias principais: monumentos memorialistas recentes e monumentos históricos. Os três monumentos escolhidos representam parte da história oficial, em parte por demanda do governo. Os monumentos representam períodos diferentes, mas demonstram a lógica de apropriação

* Aluno do PPG História, UNISINOS. E-mail: marlonpestanda@hotmail.com

histórica pelas autoridades e das demandas de memória dos municípios.

Esse *boom* da memória, ocorrido entre as décadas de 80 e 90, representa a mobilização por uma memória selecionada. Os países que passaram pela descolonização logo sentiram a necessidade de construir uma memória própria que excetuasse o imperialismo dominante. A elaboração de museus foi o passo mais importante para a reconfiguração histórica de diversas nações.

Contudo, foram os monumentos que contribuíram para a recriação de uma nova identidade histórica. Visto que são imposições do Estado, a maioria dos monumentos memorialistas conta uma história oficial. Algumas exceções, portanto, são partes físicas da história, pela materialidade transformada em monumento. Algumas diferenças são fundamentais para entender os resultados ideológicos da implantação de monumentos e sua ligação com o Estado. No caso de monumentos históricos, diferentes dos comemorativos e memoriais, o que interessa é a sua recolocação e uso.

A alteração do posicionamento de um monumento histórico representa o interesse da comunidade em preservar sua memória e divulgá-la. Iniciativa que parte então da comunidade, muitas vezes nem sendo amparada pelo Estado.

E ainda, segundo Bertonecello *“el turismo cultural se basa, en gran medida en la valorización del patrimonio como atractivo turístico, estableciendo con esto una vinculación que es vista predominantemente como positiva.”* (Bertonecello, 2010, p.35). Vê-se que o turismo, em certa medida, define as diretrizes de proteção dos monumentos. O conceito de patrimônio cultural é, portanto, originário da sociedade. Nesse caso, não são apenas os espaços e as edificações que são herdadas. Herda-se, também, a ideia de patrimônio.

Os diferentes tipos de relação com os monumentos mostram que sua construção está ligada principalmente ao campo ideológico. A preservação da memória é cristalizada em monumentos, podendo eles ser artificiais, erigidos pelo Estado.

A CIDADE DE SANTOS E DOIS DE SEUS MONUMENTOS

Monumento ao Comércio (Santos/SP)

A Cidade de Santos/SP, conhecida pelo seu porto internacional, é uma das mais antigas povoações da costa brasileira. Existe um monumento erguido no seguimento da Avenida Eduardo

Guinle, em frente à praça que dá acesso ao Panteão dos Andradas. Nele se encontra descrita, visualmente, a predestinação histórica da cidade de Santos para o comércio.

Assim como Ulpiano Bezerra de Menezes tão bem ressaltou “[...] conviria também reconhecer que quando se excluem do universo da cultura o cotidiano e o trabalho, não há como mascarar que é o mercado que está dando as cartas.” (Menezes, 2006, p.40). Entre o visto e o estabelecido na cidade, existe um dilema, o de preservar uma memória oficial. Instaurada de cima por oligarquias que não possuem esse acesso ao trabalho e ao cotidiano, dessa forma erigindo monumentos que destacam a trajetória mercantil da cidade de Santos.

Outro fator interessante é que a comunidade vê no monumento, com o passar das gerações, um reflexo de sua própria memória. Os estivadores participaram pouco nas principais transações econômicas do café e do açúcar. Possuem sobretudo um monumento na Av. Aduardo Guinle, menos aprimorado, mas de igual impacto. Um homem de aço de aproximadamente três metros se ergue no recosto de um armazém coqueando (segurando com a cabeça) um saco de estopa com 50,0 kg de açúcar.



No monumento ao comércio, página anterior, algumas figuras oligárquicas se destacam no topo enquanto que à frente está a proa de uma nau capitânia, justamente lembrando que tal ímpeto empreendedor teria vindo da metrópole com os primeiros portugueses. É lógico que essa predestinação serve a uma oligarquia mercantil, tendo no comércio a ascensão de uma burguesia endinheirada. Essa ligação é estabelecida, inclusive, por uma rede de sobrenomes e compadrios que vinculam os personagens do monumento às famílias mais abastadas da cidade de Santos.

Essa idealização do monumento serve a diferentes seguimentos sociais, não apenas à burguesia, mas a uma comunidade consciente de sua função logística na economia do país. É essa função portuária, carregada de historicidade, que dá sentido ao monumento. Segundo Marly Rodrigues:

“A memória social aflora, assim como portadora de historicidade; as condições de construí-las são mutáveis e ela reflete as relações políticas, de possibilidades de exercícios de direitos, que cada segmento social e também cada indivíduo tem em determinado tempo. Reflete também a valorização que a sociedade dá ao passado a memória social será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e quanto mais mobilizar o mundo afetivo dos indivíduos, suscitando suas lembranças particulares.” (Rodrigues, 2002, p.18)

Relevante se perceber que, na citação acima, o lado social reflete essa valorização do passado apelando para o emotivo. Seria, não só uma alegoria pictórica, mas acessaria os indivíduos em suas lembranças particulares. Talvez, no caso do monumento ao comércio, onde estátuas de Mercúrio sobressaem nas laterais, seja direcionado a uma pequena fração da sociedade. A elite comerciante, hoje e no passado, encerra fortes ligações políticas no Estado. Gerando, assim, monumentos exuberantes em memória da classe.

Nesse tipo de monumento, a intervenção da sociedade é relativamente clara, evidenciada pela ação do comércio e os resultados na economia da cidade de Santos. Os usos desse monumento estão direcionados ao público que visita o centro histórico da cidade de Santos. Outro monumento, relativamente próximo, faz menção direta à origem histórica da cidade em homenagem ao seu fundador.

Monumento a Brás Cubas (Santos/SP)

Na escultura em bronze e granito, ergue-se imponente a imagem de Brás Cubas, imponente conquistador e navegador. Fundador da Vila de São Vicente e Santos. A centralidade na localização da obra remete a uma preocupação com a memória do fundador da cidade. A estátua pode ser vista ao lado da alfândega, justamente no centro político e econômico de Santos, bem próximo ao prédio da Bolsa do Café. Vale lembrar que alguns dos prédios daquele setor são tombados pelo IPHAN ou pelo CONDEPHATE.

A obra de arte, como não deveria deixar de ser, é algo belo para a apreciação turística, mas é também uma lembrança dos tempos de conquista e ocupação das capitânias hereditárias. Uma vez estabelecido o requerimento, alguns membros do CONDEPHATE questionaram se o monumento seria mesmo um dos maiores exemplos de patrimônio cultural no município de Santos. Entre tantas outras, elegeram o monumento a Brás Cubas. Mas será que o monumento pode ser considerado Patrimônio Cultural? Na verdade, a ausência de um conceito concreto, que tenha diretrizes e características estáveis para identificação de patrimônio cultural não permite que os debates tenham objetivos claros.

O programa da TV Santista ArqueoNews, apresentado pelo arqueólogo Manuel Gonzáles, trouxe a pauta para o debate. Alguns telespectadores, inclusive, mencionaram o aspecto perpétuo do monumento. Essa constante referência à materialidade, sua respectiva resistência à intempérie climática, torna o símbolo da conquista portuguesa o mais lembrado dos monumentos de referência histórica. Erguido no 2º Reinado, o monumento é obra de um imperador saudosista, disposto a investir uma grande soma em prol da memória do reino ultramarino das suas antigas sesmarias.



Alguns detalhes representam riscos pitorescos formando desenhos bucólicos. A monumentalidade em si encerra senso histórico. Este sim, a História de Santos, que é o real patrimônio cultural da cidade. A manipulação dessa memória pode originar tantos outros monumentos semelhantes, maiores e mais belos que o de Brás Cubas. Contudo, é a materialidade do monumento que se enquadra no senso de *patrimônio*, sendo adotada pelos populares e pela comunidade como sua representante.

Segundo Bezerra de Menezes, por não representar o cotidiano e o trabalho, permite uma “fragmentação heterogênea dos grupos que reivindicam signos étnicos, identitários e culturais, reforça-se, uma vez mais, a importância da cultura nos fenômenos de exclusão e resistência ou reapropriação da cidade.” (Menezes, 2006, p.48). Não restam dúvidas de que o monumento a Brás Cubas é um desses signos, sendo bem provável que sirva aos mesmos propósitos descritos por Ulpiano.

Noutro caso, bem distante da cidade de Santos, existe um monumento, este sim histórico de fato, com uma trajetória interessante.

A CIDADE DE CÁCERES E SEU MONUMENTO DE FUNDAÇÃO

Marco do Jauru (Cáceres/MT)

Em 1750, foi assinado na Europa, na cidade de Madri, um tratado de limites que estabelecia as fronteiras entre Portugal e Espanha no interior do continente americano. O tratado foi lavrado e, na mesma cidade, foi construído um marco de pedra, com as primeiras linhas de transcrição do documento e assinatura dos respectivos reis Fernando II e Dom João IV. O marco foi trazido para a América num escaler e colocado na desembocadura do rio Jauru, no seu deságue junto ao rio Paraguai.

Praticamente dois séculos depois, a comunidade de Cáceres decidiu, em assembleia na Câmara de Vereadores, que o local do marco estava abandonado, repleto de mato e de difícil acesso. O marco foi retirado de seu local de origem e implantado no centro da cidade de Cáceres, em frente à igreja matriz. A comunidade se apropriou do monumento histórico, preservando-o. O traslado do monumento da área pantanosa para o centro da cidade é lembrado até os dias de hoje, na data de aniversário do município. A preservação deste monumento, histórico de fato, é um exemplo da articulação bem-sucedida da comunidade na ausência do Estado, para a rememoração de sua própria História.

Neste ponto, fica mais evidente a diferença entre esculturas ou monumentos memoriais e monumentos históricos. O primeiro deles, uma recriação ideológica do Estado, representa uma história oficial escrita *a posteriori*. O segundo, uma iniciativa da comunidade, representa o esforço da própria população de proteger os seus bens históricos como modo de contar a sua história. A Prof^a.Dr^a. Eloísa Capovilla, na sua palestra em sala de aula, manifestou a constante preocupação com ideologia por traz dos monumentos de memória. Em contrapartida, os esforços desmedidos das comunidades na preservação dos seus monumentos históricos, sejam eles prédios, palácios, ruínas são constantes. O mesmo ocorre em Cáceres, onde a população pouco sabe da história do Marco, fazendo de tudo para preservá-lo. Conscientes de sua importância histórica.



O contrário ocorre em Santos. A comunidade conhece bem a história dos monumentos. Faz parte de sua identidade, consegue descrever com exatidão o mito fundador de Brás Cubas. Seriam transitórios esses monumentos? Uma vez que a comunidade reconhece que seu patrimônio cultural é a memória?

Por esse motivo, importante concordar com Rodrigues quando diz que “o crescimento da importância dada pelo poder público ao patrimônio fundamenta-se no reconhecimento do seu valor cultural, mas, além disso, de sua potencialidade como mercadoria de consumo cultural.” (Rodrigues, 2002, p.22). A estética do bem cultural é outro fator de suma importância na sua catalogação como patrimônio turístico. Talvez seja esse o seu principal fator de preservação. É nítido que a relação da comunidade com seu bem cultural de fundação original é diferente de um outro bem de memória construído pelo Estado. Isso se reflete nos diferentes níveis de preservação que o circundam.

CONCLUSÃO

Existe uma diferença entre monumentos de memória, que celebram a história e seus personagens e monumentos históricos

originais, que representam a própria história de uma comunidade ou região. A dedicação a eles se dará de forma diferente. A afirmação de que monumentos de memória em si encerram o conceito de patrimônio não é verdadeira. A ideologia que se faz através deles é que será ou não considerada como bem cultural. Diferente do *monumento histórico* que é, em si, representante, evidência e materialidade de distinto momento histórico. Fazendo dele próprio um bem cultural.

Outra razão de o monumento histórico fomentar a realidade sentimental na comunidade é a sua ligação com o passado, o que o monumento memorial não possui. Por outro lado, o monumento memorial tem um apelo ideológico marcante, engajado política e economicamente; o monumento histórico está em seu contexto, sendo aproveitado pelo turismo. Nesse caso, quem fornece sentido, muitas vezes, é o interlocutor, o narrador da viagem, o guia. Do último é preciso ter conhecimento histórico adequado para fornecer dados precisos e confiáveis para um público cada vez mais exigente por informações históricas de qualidade.

Então, nos três casos expostos acima, um elemento é evidente: as diferentes noções de patrimônio cultural no território brasileiro. De dois monumentos que encerram a história do comércio e da fundação de uma cidade no litoral do Brasil; há um monumento colonial que define a própria história do país. A comunidade de Santos, no seu coletivo, associa ambos à sua suposta situação perpétua. A comunidade de Cáceres preserva-o, impedindo a todo custo sua depredação/degradação; a destruição do monumento ou qualquer ataque ao mesmo simbolizaria a perda de sua própria memória.

Segundo o Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, em palestra na aula dessa disciplina, o patrimônio precisa passar pela conscientização, sentimento ou pertencimento e somente depois ocorrerão às medidas de preservação adequadas. Mas enquanto a comunidade não possuir sentimentos pelo monumento, de nada adianta a força do Estado. É exatamente esse processo que é testemunhado em diferentes municípios brasileiros. Ainda existem muitas perguntas sobre patrimônio cultural, muito se avançou na esfera teórica e conceitual. Mas parece que pouco evoluiu no sistema prático de reconhecimento, identificação e tombamento.

BIBLIOGRAFIA

BERTONCELLO, Rodolfo. *Turismo y Patrimonio entre la cultura y el negocio*. In: PAES, Maria. *Geografía, Turismo e Patrimonio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2002.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. Cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas... In: MORI, Vitor Hugo *et alii*(org). *Patrimônio: Atualizando o Debate*. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia. *Cultura e Patrimônio: Um Guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI & PINSKY. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2002.